

O perigo de uma festa de despedida

O Tesouro Nacional está novamente em perigo e mais uma vez a ameaça parte do Palácio do Planalto. A intenção do presidente José Sarney de abrir o cofre nas últimas semanas de seu mandato justifica todas as preocupações. Sua forma de tratar o dinheiro do contribuinte já não é assunto para discussão. A devastação do setor público brasileiro é um espetáculo escancarado a todo mundo. Foi com esse espetáculo ao fundo que o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, se entregou à tarefa de garantir à comunidade internacional que o Brasil terá, a partir de 15 de março, uma administração séria e madura.

Os problemas imediatos do presidente eleito estão no Brasil, no entanto, e não além das fronteiras nacionais. Antes de discutir quantos dólares o País remeterá a seus credores, anualmente, para o serviço da dívida externa, o sucessor do presidente José Sarney terá de preocupar-se com a preservação dos cruzados novos coletados pelo Tesouro Nacional. O pretexto de realizar pagamentos inadiáveis, invocado para a ampliação imediata dos limites

de gastos, pode transformar-se na senha de comando para o ataque final ao cofre. A desastrosa herança deixada à próxima administração poderá ser, afinal, ainda pior do que hoje se imagina. É preciso evitar que isso se confirme.

Pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, a atual administração só poderá gastar até 15 de março uma sétima parte de todas as dotações. Essa restrição foi imposta precisamente para impedir uma festa de fim de governo e para garantir ao novo presidente da República um espaço de manobra um pouco maior. Já nessa restrição há um componente moral humilhante para os brasileiros. Neste país, ao contrário do que ocorre em todo o mundo civilizado, a administração das contas públicas não se transfere normalmente de um para outro presidente. Ao sucessor é preciso oferecer garantias especiais, porque o governante em fim de mandato é encarado com desconfiança. No mínimo, põe-se em dúvida sua capacidade de perceber e de respeitar os interesses permanentes da sociedade, que terão de ser atendidos pelo

governo federal depois de 15 de março. De fato, a limitação orçamentária corresponde, em termos políticos, a uma moção de desconfiança — não explícita mas muito pouco velada — ao governante em final de mandato.

A medida provisória é necessária, segundo seus defensores, porque as dotações previstas no Orçamento Geral da União se tornaram incompatíveis com os preços realmente em vigor. Em outras palavras: a inflação tornou impossível realizar os pagamentos necessários se forem mantidos os limites fixados. Faltará dinheiro para os vencimentos do funcionalismo e para outras despesas qualificadas como inadiáveis.

O argumento tem sentido, tecnicamente, e merece discussão. O Executivo terá de provar que seus temores têm fundamento nos fatos, especialmente depois de se haver noticiado que a arrecadação federal, em janeiro, ultrapassou a previsão. Além disso, qualquer atualização de valores só deve ser admitida se for destinada, de fato, a cobrir despesas absolutamente inadiáveis. A experiência dos últimos cinco anos

autoriza todas as desconfianças diante de qualquer tentativa do presidente José Sarney de ampliar os gastos federais. Se uma alteração orçamentária for indispensável, que se faça com todos os cuidados e com o mais amplo policiamento político.

A tarefa de controlar os gastos cabe em primeiro lugar, naturalmente, aos ministros econômicos. Eles têm procurado exercê-la corretamente e graças a seu esforço o País não está mergulhado em crise pior. Mas sua possibilidade de ação é naturalmente limitada. O controle mais efetivo cabe aos políticos interessados em garantir para o próximo presidente o legado menos desastroso que se possa obter. Esses políticos não são apenas aqueles declaradamente dispostos a apoiar o sucessor de Sarney. São todos os deputados e senadores, mesmo de oposição, interessados na boa administração das contas públicas e empenhados em impedir uma festa de despedida capaz de arruinar o País. A festa devida a sociedade saberá fazer, no momento certo, para celebrar o fim de uma das mais desastrosas presidências de todos os tempos.